



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SEÇÃO REGIONAL DA FORÇA-TAREFA DE SEGURANÇA PÚBLICA - FTSP/DRPJ/SR/PF/AP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 31202402/2023-FTSP/DRPJ/SR/PF/AP

Processo nº 08361.004644/2023-84

1. DO OBJETO

1.1. Processo para contratação de empresa para fornecimento de cadeiras, ar condicionado, gps portátil e tv smart, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR X QUANTIDADE
------	-----------------------------	-------------------------	-------------------------	------------	----------------------------------	------------------------------

1	CADEIRAS DE ESCRITÓRIO, COR PRETA OU DISCRETA, GIRATÓRIA MODELO "GAMER" (MATERIAL SEM SER TELA/MESH) ERGONÔMICAS (ATENDER NR17) COM PISTÃO DE ELEVAÇÃO, BRAÇO REGULÁVEL (PREFERENCIALMENTE MODELO 4D OU 3D, REGULAGEM EM ALTURA, PROFUNDIDADE, ROTAÇÃO DO APOIO E AFASTAMENTO LATERAL), COM APOIO DE CABEÇA COM 700-750MM PARA SUPORTE DA CERVICAL, RODINHAS COM 50MM-65MM, RODÍZIO PREFERENCIALMENTE PARA USO EM CARPETES, MECANISMO DE REGULAGEM DO ENCOSTO DAS COSTAS, ASSENTOS ESTOFADOS COM ESPUMA MULTIDENSIDADE (PREFERENCIALMENTE 45 A 55KGF/M³), PESO MÍNIMO SUPOSTADO 120KG. MODELO DE REFERÊNCIA NA COTAÇÃO EM ANEXO	445412	1	15	R\$ 1999,90	R\$ 29.998,50
2	APARELHO DE AR CONDICIONADO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 22.000 BTUS, TECNOLOGIA INVERTER, TENSÃO 220V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO A, TIPO DE GÁS R410A, SERPENTINA COBRE, COM CONTROLE REMOTO, DIRECIONADOR DE AR, FILTRO ANTI-BACTÉRIA E INDICADOR DE TEMPERATURA NA EVAPORADORA	399665	1	2	R\$ 4.213,00	R\$ 8.426,00

3	GPS PORTÁTIL DE ALTA SENSIBILIDADE, RECEPTOR GLONASS, COM ANTENA HELIX QUADRUPLA, CAMERA DIGITAL 8MP COM FOCO E GEOMARCAS AUTOMÁTICOS, TELA TOUCH SCREEN DE PELO MENOS 3", CONECTIVIDADE WIFI/BLEETOOTH, BATERIA INCLUSA, COM MEMÓRIA DE PELO MENOS 64MB, COM AVISO POR VOZ, PROCESSADOR CENTRALITY III OU MELHOR, VELOCIDADE 370MHZ OU MAIOR, SISTEMA OPERACIONAL GARMIN, CAPAZ DE REPRODUZIR 3GP, DIVX, JPG, MP4, MPEG, WAV, COM SLOT PARA CARTÃO, CONEXÃO USB E MAPAS DO BRASIL PRÉ-CARREGADOS, BEM COMO ATUALIZAÇÃO VITALÍCIA DE MAPAS E GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO	457407	1	1	R\$ 5.249,00	R\$ 5.249,00
5	SMART TV LED 55", ULTRA HD 4K (3840X2160) COM NAVEGADOR (WEB BROWSER), ESPELHAMENTO DO SMARTPHONE PARA TV, DLNA, BLUETOOTH LOW ENERGY, WIFI DIRECT, SOM DA TV PARA SMARTPHONE, BUSCA AUTOMÁTICA DE CANAIS, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, LEGENDA, SELO PROCEL ("A"), 110V, 60HZ DE FREQUÊNCIA, COM NO MÍNIMO DUAS ENTRADAS HDMI E UMA USB, ALTO FALANTE INTEGRADO DE NO MÍNIMO 20W, COM CONTROLE REMOTO.	471011	1	1	R\$ 2.520,00	R\$ 2.520,00

6	NOBREAK SENOIDAL 2,2KVA, ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICO, SAÍDA 115V, 10 TOMADAS PADRÃO NBR 14136 (MINIMO 4X20A), COM CONEXÃO PARA BATERIAS EXTERNAS, PORTA USB PARA COMUNICAÇÃO INTELIGENTE	325954	1	3	R\$ 3.525,70	R\$ 10.577,10
#	TOTAL					R\$ 56.770,60

1.2. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

Ou

1.1. Aquisição de cadeira, ar condicionado, gps portátil, tv smart e nobreak., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **45** dias, contados do(a) **empenho**, em remessa (*única ou parcelada*), no seguinte endereço RODOVIA BR-210 S/N - INFRAERO, CEP 68908-910, MACAPÁ/AP

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (não aplicável), ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 45 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida

dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ou

7.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de XX% e XX%, respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:

7.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

7.1.2. ...

7.1.3. ...

7.1. *As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;*

7.2. *São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:*

7.2.1. *apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;*

7.2.2. *substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;*

7.3. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

7.4. *Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.*

7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.5. cometer fraude fiscal;
 - 10.1.6. não mantiver a proposta.
- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.3. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;
- 10.3.1. multa compensatória de 10 % (**dez** por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 10.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 10.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 10.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 10.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

MACAPÁ-AP, 25 de Agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **THALIS SALVADOR, Agente de Polícia Federal**, em 25/08/2023, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31202402&crc=B99FE634](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31202402&crc=B99FE634).

Código verificador: **31202402** e Código CRC: **B99FE634**.

Referência: Processo nº 08361.004644/2023-84

SEI nº 31202402